



# Confluências Culturais

Revista Interdisciplinar

v. 13, n. 2: História e Patrimônio: da Imigração do Século XIX ao Presente – 2024 – ISSN 2316-395X

ENSAIO

Desafios e (re)construções identitárias  
no Brasil: o legado desenvolvimentista e  
a diversidade cultural em diálogo com  
a América Latina

Identity challenges and (re)constructions  
in Brazil: the developmentalist legacy  
and cultural diversity in dialogue with  
Latin America

Desafíos y (re)construcciones de  
identidad en Brasil: el legado del  
desarrollo y la diversidad cultural en  
diálogo con América Latina

Luiza Ritz Bertocco<sup>1</sup> 

Recebido em: 5 ago. 2024  
Aceito para publicação em: 11 set. 2024

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e mestranda no Mestrado Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila).

**Resumo:** Este ensaio explora como as políticas desenvolvimentistas, impostas por potências econômicas, moldaram as dinâmicas políticas, sociais, econômicas e culturais de cada região, exacerbando desigualdades e desafios persistentes. Mediante análises de contextos históricos coloniais, modernos, bem como de práticas contemporâneas, o texto examina as lutas e reelaborações identitárias que surgem como respostas decoloniais às políticas desenvolvimentistas. Discute como a diversidade cultural da América Latina, longe de ser um obstáculo ao desenvolvimento, representa uma força vital na construção de identidades nacionais e na resistência a modelos externos de modernidade. Além disso, o trabalho investiga a maneira como os discursos produzidos por essas políticas impactaram a salvaguarda e a valorização do patrimônio cultural, bem como o modo com que novas medidas vêm sendo construídas. O estudo também trata do papel das políticas patrimoniais e do turismo tanto na preservação quanto na comercialização da cultura local, destacando a necessidade de abordagens que respeitem e valorizem as práticas daquela localidade, a fim de elaborar políticas públicas alinhadas com a realidade cotidiana de cada contexto.

**Palavras-chave:** patrimônio cultural; América Latina; Brasil; políticas públicas; glocalização.

**Abstract:** This article explores how developmentalist policies imposed by economic powers have shaped the political, social, economic, and cultural dynamics of each region, exacerbating persistent inequalities and challenges. Through analysis of colonial and modern historical contexts, as well as contemporary practices, the article examines the struggles and re-elaborations of identity that emerge as decolonial responses to developmental policies. It discusses how Latin America's cultural diversity, far from being an obstacle to development, represents a vital force in the construction of national identities and resistance to external models of modernity. In addition, the text investigates how the discourses produced by these policies have impacted the safeguarding and valorization of cultural heritage, as well as how measures have been constructed. The study also addresses the role of heritage policies and tourism in both the preservation and commercialization of local culture, highlighting the need for approaches that respect and value the practices of that locality, with a view to drawing up public policies in line with the daily reality of each context.

**Keywords:** cultural heritage; Latin America; Brazil; public policies; glocalization.

**Resumen:** Este artículo explora cómo las políticas del desarrollo impuestas por las potencias económicas han moldeado las dinámicas políticas, sociales, económicas y culturales de cada región, exacerbando las desigualdades y los desafíos persistentes. Por medio del análisis de los contextos históricos coloniales y modernos, así como de las prácticas contemporáneas, el artículo examina las luchas y reelaboraciones de la identidad que surgen como respuestas decoloniales a las políticas desarrollistas. Analiza cómo la diversidad cultural de América Latina, lejos de ser un obstáculo para el desarrollo, representa una fuerza vital en la construcción de las identidades nacionales y la resistencia a modelos externos de modernidad. Además, el texto investiga cómo los discursos producidos por esas políticas han impactado en la salvaguarda y valorización del patrimonio cultural, así como la forma en que se han construido otras medidas. El estudio también aborda el papel de las políticas patrimoniales y del turismo tanto en la preservación como en la comercialización de la cultura local, destacando la necesidad de enfoques que respeten y valoren las prácticas de cada localidad, con vistas a la elaboración de políticas públicas acordes con la realidad cotidiana de cada contexto.

**Palabras clave:** patrimonio cultural; América Latina; Brasil; políticas públicas; glocalización.

Os séculos de colonização e exploração e as ações imperialistas pós-século XIX repercutem até os dias de hoje nos países terceiro-mundistas, os quais muitas vezes tentam se equiparar ao ideal desenvolvimentista das potências econômicas, que só o são justamente pela exploração dos países “em desenvolvimento”. Dessa forma, o acesso à modernidade dá-se a duras penas, pois os processos são desiguais; o mercado interno tenta se ajustar às exigências do mercado internacional, tendo como base o referencial imposto pelas potências econômicas.

Sabemos que o “atraso”<sup>2</sup> na América Latina foi historicamente produzido. Assim, o ideal de progresso introduz tais países em uma corrida perdida de antemão, considerando que, ao analisarmos o atual contexto de dependência econômica, a linha de chegada estará infinitamente à frente. De acordo com Martin-Barbero (1997), o centralismo e o papel de protagonista do Estado não dão conta das diferenças, das necessidades sociais e também da heterogeneidade cultural dos povos. Com isso, o ingresso à modernidade não deveria ser reduzido à imitação de um modelo predefinido.

Martin-Barbero (1997) faz a sua análise do panorama político, econômico e social da América Latina organizando os períodos e suas respectivas políticas econômicas, que reverberam no âmbito sociocultural, entre eles: dos anos 30 aos 40 (populista-nacionalista), dos anos 50 aos 70 (desenvolvimentismo) e dos anos 80 em diante (transnacionalismo ou globalismo), os quais pontuaremos brevemente neste ensaio.

Na transição do período imperial para o Brasil Republicano, vemos surgir com a construção dos Estados-Nação um projeto para transformar a multiplicidade dos desejos em um único: o sentimento nacional. Ou seja,

desejava-se ser uma Nação a fim de obter-se uma identidade, mas tal obtenção implicava sua tradução para o discurso modernizador dos países hegemônicos, porque só nos termos desse discurso o esforço e os êxitos eram avaliáveis e validados como tais (Martin-Barbero, 1997, p. 218).

Em um Brasil ainda agrário, com o fim da proibição de manufaturas em nosso solo e com o início tímido da urbanização, esse contexto foi se desenvolvendo concomitantemente com a presença dos coronéis e das famílias tradicionais, que se mantinham. Nesse panorama, houve a hibridização das classes populares no êxodo rural e também a forte presença de imigrantes europeus para trabalhar nas lavouras e nas primeiras fábricas, trazendo consigo ideias socialistas e anarquistas, introduzindo os processos de luta dos coletivos e, posteriormente, dos movimentos sindicais.

Para superar fragmentações e novas ondas de revoltas e levantes dos setores populares, tentou-se estabelecer uma aliança entre a massa<sup>3</sup> e o Estado, angariando um caráter paternalista, como uma camada de proteção para controlar as “crises” que, muitas vezes, justificam medidas coercitivas sob o argumento da securitização dos cidadãos, como, por exemplo, durante o Estado Novo no governo de Getúlio Vargas.

Ainda de acordo com Martin-Barbero (1997), as sementes do desenvolvimentismo já haviam sido lançadas nos anos 1930, nos quais o Brasil tentava se inserir na esteira do progresso com a transição para a República “Nova”. Esse processo, porém, ocorria

<sup>2</sup> Tal conceito está vinculado às relações de poder e à imposição de modelos culturais hegemônicos. Além disso, sabemos dos diversos desafios e problemas econômicos, sociais, de saneamento, saúde, educação, infraestrutura, expectativa de vida, dignidade humana etc., saldo enfrentado pelos países que foram colonizados, em comparação às antigas metrópoles.

<sup>3</sup> Martin-Barbero concebe a massa como um sujeito histórico e cultural que se apropria dos meios de comunicação, interage e os transforma em ferramentas de expressão e resistência. Essa perspectiva contrasta com as teorias tradicionais que veem a massa como um receptor passivo.

em um país que, até pouco tempo antes (1888), era a última nação latino-americana a abolir a escravidão e que ainda carregava as marcas de séculos de exploração colonial. A transição política também implicava o desmembramento das antigas oligarquias e o surgimento de novas elites, embora a ascensão desses grupos dominantes derivasse, majoritariamente, do mesmo círculo social. Houve a manutenção do sistema político, dos latifúndios e do privilégio de uma minoria. Dessa forma vemos a negligência aos afrodescendentes, que não foram devidamente inseridos na sociedade; pelo contrário, a partir da Primeira República surgiram leis que incitavam a perseguição, a exclusão e demais medidas relacionadas hoje à necropolítica.

Segundo Oliveira (2021), a questão racial em nosso país é um problema estrutural, pelo fato de que a vulnerabilidade social e a desigualdade estão totalmente atreladas à racialização incorporada nos dispositivos de poder e no imaginário coletivo. Com isso o autor, valendo-se de uma citação de Hobsbawm<sup>4</sup>, traz uma questão importante a respeito do perigo de vivermos em um presente contínuo. Essa característica dos tempos atuais que vai ganhar corpo a partir do final do século XX estimula uma presentificação que não associa devidamente as nossas problemáticas com as de gerações passadas, havendo um estreitamento da análise seguido de estratégias de enfrentamento que não dão conta das complexidades de problemas estruturais, como o racismo, o machismo, a miséria, entre outros.

Dando prosseguimento ao panorama, no período entre os anos 1950 e 1960 vemos o desenvolvimentismo direcionar diversas políticas econômicas pelo mundo, no entanto o crescimento, a diversificação industrial e a ampliação do mercado interno também comportam contradições, como a incoerência entre o acúmulo e a distribuição dessas riquezas. É como aquela frase de Antonio Delfim Netto – ministro da Fazenda nos governos militares Costa e Silva e Médici (entre os anos de 1968 e 1973) – que precisaríamos “primeiro deixar o bolo crescer para depois dividir”, porém sabemos que as classes subalternas acabam não acessando devidamente o capital, os bens e os serviços por causa da ampla concentração de renda. Já a elite que se apropria dos “milagres econômicos” desdobra-se e ressignifica-se nas distintas “marchas da família com Deus pela liberdade”, que ressurgem em movimentos espiralares em cada contexto histórico, com suas peculiaridades.

No final da Segunda Guerra Mundial temos um período de crises e mudanças de paradigmas que, de acordo com Oliveira (2021, p. 27), é propício para a emergência de novos sujeitos, a independência de ex-colônias da África e Oriente Médio, os projetos socialistas na África e na América Latina, o surgimento do conceito de Terceiro Mundo, bem como a Declaração dos Direitos Humanos pela ONU. Nessa mesma seara, vemos

uma rearticulação das classes dominantes no sentido de bloquear a ascensão das classes subalternas, ainda que em processos de “revolução passiva”<sup>5</sup> e reforçar a supremacia das classes dominantes (Oliveira, 2021 p. 28).

Com as destruições das cidades causadas pela guerra e com a necessidade urgente de reconstrução e de produção habitacional, ocorreu na Europa no período uma crescente articulação do patrimônio edificado para políticas de desenvolvimento urbano.

<sup>4</sup> HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX** – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

<sup>5</sup> “Revolução passiva é um conceito proposto por Antonio Gramsci para designar processos de atendimento a demandas das classes subalternas, porém dentro dos marcos do sistema capitalista” (Oliveira, 2021, p. 28).

Cidades e sítios históricos pelo mundo foram igualmente apropriados pelo turismo, com enfoque para a viabilização econômica da conservação de grandes monumentos. Essa perspectiva gerou uma ideia de patrimônio como algo imobilizado e à parte do devir histórico, ou seja, destinado a uma função estética e contemplativa, chamariz de investimentos e geradora de riquezas: “cidade-atração”. Tal conceito, de autoria de Sant’Anna (2017), trata do patrimônio histórico brasileiro. De acordo com essa autora, o Brasil foi pioneiro no reconhecimento de cidades e setores urbanos como patrimônio, ação de preservação que se iniciou em 1938, contudo esse pioneirismo não esteve vinculado à elaboração de políticas públicas adequadas à identificação e preservação dos bens imóveis, materiais e naturais. Até meados de 1960 a cidade patrimônio foi vista como uma obra de arte, desconsiderando a vida cotidiana e as interações sociais que ocorriam em seu entorno.

Ao rever premissas, Meneses (2012) questiona: as políticas públicas de turismo e patrimônio são voltadas para as demandas fundamentais da população local? Antes de ser nacional, é importante pensar o patrimônio em esfera regional e municipal. Há peculiaridades locais e dinâmicas próprias e, com isso, pensar em medidas para impulsionar o turismo focando apenas na lógica econômica pode “mercadologizar” a cultura, instrumentalizando-a em prol do lucro e gerando produtos de fruição imediata. Sant’Anna (2017) ressaltava um ponto frugal: problemas urbanos e vulnerabilidade social acabam sendo maquiados em prol de uma planilha que atropela as subjetividades. Como consequência, a sustentabilidade ambiental, recursos e representatividade para a população local podem ficar em segundo plano.

Meneses (2012) também critica o problema de longa data da importação de “especialistas” desvinculados das peculiaridades nacionais. As trocas são importantes, mas é preciso cautela para não terceirizar modos de fazer do exterior; é necessário compreender as necessidades do nosso solo.

No texto de Meneses (2012, p. 26), há a análise de uma charge vista por ele numa revista ilustrada francesa (*Paris Match*), possivelmente do cartunista Sempé. O autor assume não se recordar com exatidão das informações, mas o que realmente importa foi a capacidade dessa arte de sintetizar um problema importante referente à noção de patrimônio cultural. Na charge, uma senhora reza no interior de uma igreja, mas é interrompida por um guia turístico que a critica por estar atrapalhando a visita guiada dos turistas. O recurso mnemônico do autor serve para problematizar justamente que os aparatos técnicos públicos e privados, bem como os seus gestores, devem, em primeiro lugar, privilegiar o povo que vive visceralmente no espaço. Após análise das necessidades e das dinâmicas sociais, é preciso criar mecanismos válidos para que haja o desenvolvimento do turismo local concomitante com a liberdade e as oportunidades ao povo nativo, representado na charge pela senhora em sua cidade natal.

Esse ponto é crucial e pode ser mobilizado para fazer uma crítica às cidades que segregam o próprio povo e, ao mesmo tempo, criam uma experiência asséptica própria para turistas. Dessa forma, uma realidade desvinculada da dinâmica social é criada: uma teatralidade em regiões selecionadas, áreas centrais gentrificadas e um turismo “perfumado”.

Podemos relacionar tal aspecto com o *voyeurismo* de turistas que buscam ver uma faceta da realidade, reduzindo a experiência a uma “cultura-cólica”. Esse conceito de Meneses (2012) conota a experiência a um espasmo que logo em seguida se esvazia, ou seja, quando o turista se ampara exclusivamente em um mediador para vivenciar algo por intermédio de uma fala especializada, pode perder parte da potência ativa, gerando uma contemplação em nível superficial. Os moradores, ao contrário, possuem uma carga afetiva com a cidade, por meio da inter-relação entre pertencimento e memória territorializados no espaço-tempo, garantindo uma dinâmica entre representação e

prática. Entre o espaço público e o privado a memória-hábito é corporificada pelos próprios moradores, que mobilizam suas ações por meio de práticas condizentes com as suas realidades.

Já no final da década de 1980 e início dos anos 90 Martin-Barbero – conforme fonte já mencionada no presente ensaio – o identifica como um período crucial para a intensificação dos processos de transnacionalização, ou seja, as fronteiras estariam cada vez mais porosas no sentido de haver relações econômicas, tecnológicas, sociais e diplomáticas mais dinâmicas entre os países. As identidades modernas começaram a ser fragmentadas a partir da pós-modernidade. Com isso, há a coexistência das representações macro e micro acerca das manifestações culturais, em que a globalização catalisa e impacta os referenciais dos sujeitos no espaço-tempo, gerando novas coordenadas.

De acordo com Stuart Hall (1997), a globalização caminha paralelamente ao fortalecimento de identidades locais, o que não impede que o fascínio com a diferença, com o “étnico” e com a alteridade, se insira dentro de uma lógica mercantil, pois “diversidade vende”, criando novos nichos de mercado. O processo de expansão do sistema capitalista a nível mundial retém vários aspectos da dominação global ocidental e as identidades culturais estão sendo, em toda parte, relativizadas pelo impacto da compressão espaço-tempo. As relações entre o global e o local são redefinidas, propiciando o surgimento de novas identidades globais e locais, ou as duas ao mesmo tempo (naquilo que Robertson [1999] denomina “glocalização”) (Santa Bárbara; Haesbaert, 2009, p. 5).

Esse transnacionalismo ou globalismo inicia-se com a intensificação dos conflitos entre EUA e URSS na Guerra Fria, cuja polarização deu vazão a uma guerra ideológica, disseminada em diversos meios de comunicação, em que a reafirmação das potências estava atrelada a sistemas políticos distintos. O desfecho do conflito foi a vitória dos EUA, instaurando-se nesse contexto geopolítico a restauração conservadora. A contrarreforma do século XXI seria o neoliberalismo, de acordo com os conceitos de Antonio Gramsci, reacendendo “uma contraofensiva das classes dominantes ante um relativo avanço das classes subalternas por meio de revoluções passivas e conquistas de direitos” (Oliveira, 2021, p. 24).

Pensando sobre a indústria cultural, os meios de comunicação de massa são veiculados com mais rapidez em diversos cantos do mundo e para diferentes estratos sociais, principalmente com o advento da pós-modernidade, pelo fato de a oferta de recursos tecnológicos ser alargada para uma maior gradação de matizes das classes sociais, antes acesso privilegiado de uma elite. Tal democratização, no entanto, é uma faca de dois gumes, em que por um lado a oferta massiva de bens materiais e culturais sem estilo é dirigida às massas, mas que se reelabora ao longo de todo processo (Martin-Barbero, 1997), ou seja, além da existência da polarização entre cultura erudita e popular, há a resignificação, pelo povo, da oferta e da demanda.

O projeto do nacionalismo musical opera sobre um eixo interior e outro exterior. Estabelecimento de uma “faixa de isolamento” que separe nitidamente a boa música popular – a folclórica, ou seja, aquela que é praticada no campo – da ruim, a música comercializada e estrangeirizante que é feita na cidade. E o exterior: proporcionar ao mundo civilizado uma música que, refletindo a nacionalidade, possa ser ouvida sem estranhamento, música que só poderá resultar da “síntese” entre o melhor do folclore local e o melhor da tradição erudita européia. A música de Villa Lobos será a mais esplêndida realização desse projeto. E como ele, fará parte do ambíguo processo e das contradições de uma cultura política na qual, “enquanto o popular é suscitado, coloca-se o problema de dominá-lo em benefício da totalidade” (Martin-Barbero, 1997, p. 240-241).

Essa música comercial amarrada com laço de fita é transmitida para mercados internacionais, suprimindo a demanda de uma arte que não gere muita turbulência entre o emissor e o receptor. Com isso vemos uma distância entre o real e as formatações *a posteriori*, acentuando estereótipos a fim de obter uma rede mais ampla de acesso. Também há o risco das essencializações, que podem ser criadas por ideologias ufanistas, como das ditaduras militares e de governos extremistas, gerando ações antidemocráticas e tentativas de invisibilidade de certas comunidades e suas formas de existência. Como exemplo da música negra, Martin-Barbero (1997) discorre a respeito da dupla barreira ideológica que ela teve de atravessar para se urbanizar. A primeira é a da concepção populista de cultura, em que a origem é essencializada, bucólica, coisificada, ou seja, uma “verdade” do popular que não condiz com a história de sua formação, com suas peculiaridades. A segunda barreira

é levantada por uma intelectualidade ilustrada, para a qual a cultura se identifica com a Arte, uma arte que é distância e distinção, demarcação e disciplina, frente às indisciplinadas e inclassificáveis manifestações musicais da cidade (Martin-Barbero, 1997, p. 241).

A análise do autor não é maniqueísta, pois vai além da simples passividade e perspectiva de dominação do povo pelo Estado e por seus dispositivos de poder. Ele vai contra a ideia de pureza cultural – que vem sendo cada vez mais fissurada nos discursos pós-modernos –, pois ela acaba por deslegitimar discursos não hegemônicos. Com isso, Martin-Barbero (1997) enfatiza a importância da “cultura da mestiçagem” como algo mais genuíno, que brota das relações, sem a necessidade da imitação de formas eternas. Em vez de pensarmos em uma cultura folclorizada como algo cristalizado no tempo, trazemos a noção de cultura ativa como repertório vivo de uma comunidade e dos indivíduos que a compõem.

É preciso ultrapassar os ditames, produzindo conhecimento, circulando e engajando-se. Assim como, de acordo com a *Ópera do Malandro*<sup>6</sup>, o barão da ralé é o malandro, é necessário perceber a malandragem não como um modo de apenas sobreviver, mas viver de fato no mundo, criando alternativas, ocupando espaços, reconhecendo-nos nos discursos dos outros e reelaborando os nossos, além de alterar o *status quo* por meio de micropolíticas no cotidiano.

Pensando a respeito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sabemos que, da Constituição de 1937 (quando o órgão se chamava Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN) até a de 1967, os processos de tombamento eram mais excludentes, com critérios baseados na cristalização de feitos dos “heróis nacionais” ou que representassem valores conservadores de um determinado rol social; ou seja, estariam associados à “fase heróica”. A partir da Constituição cidadã de 1988, entretanto, caminhamos em direção à diversidade da “fase moderna”.

Os mecanismos, as linhas ideológicas e as ações dos órgãos patrimoniais brasileiros durante o processo de redemocratização no Brasil, principalmente a partir da gestão de Aloísio Magalhães na Fundação Nacional Pró-Memória, trouxeram um “alargamento no estoque patrimonial” durante o processo de retomada dos direitos civis. Ocorreram mudanças no cenário político, cultural e conceitual, com a inserção da micro-história, das narrativas e da interdisciplinaridade, ampliando o espectro de bens que passaram a ser incluídos na categoria de patrimônio, como práticas de grupos minoritários, além de noções mais amplas de gênero, etnias, religiosidades etc.

<sup>6</sup> Peça brasileira (musical) escrita por Chico Buarque de Holanda em 1978 e dirigida por Luís Antônio Martinez Corrêa.

O conceito de cidade-documento promoveu novos instrumentos de proteção do patrimônio: inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação. A cidade é vista como um bem dinâmico apropriado pelos sujeitos, e até se faz uma relação com o conceito de “documento-monumento” de Le Goff (2003). Como exemplos emblemáticos de tombamentos nos anos 1980 temos: o Terreiro da Casa Branca e a Fábrica de Vinho de Caju, na região Nordeste, além de edificações no Rio Grande do Sul que incorporam elementos fundamentais da colonização italiana. Essas mudanças efetivas deram-se por conta do entrelaçamento da reformulação das políticas patrimoniais e das lutas de movimentos sociais.

Mas concomitantemente ainda há resquícios da fase heroica. De acordo com Marins (2016), a análise dos bens imateriais registrados desde 2002 mostra uma prevalência das regiões Nordeste e Sudeste, na tentativa de manter um estigma da mestiçagem entre brancos e negros. Há uma tipificação dos povos, como se fossem personagens estáticos e caricatos em fronteiras demarcadas. O “índio” é vinculado apenas ao Norte, Centro-Oeste e Sul, desvinculado das demais regiões com presença de povos indígenas, no plural. Da mesma forma, é como se as manifestações afro-brasileiras estivessem reduzidas à região Nordeste, com foco na Bahia. Apenas o candomblé foi tombado, pois é tido como mais “puro”, desconsiderando diversos rituais sincréticos como a umbanda, a barquinha, a umbandaime etc. Já os imigrantes eram rotulados como pertencentes à Região Sul.

Para Marins (2016), a guetização modernista do SPHAN, ainda presente nas diretrizes e no imaginário do IPHAN, foi sendo gradualmente quebrada a partir da primeira década dos anos 2000, com a inserção de outras correntes migratórias. O autor cita a dilatação dos padrões das políticas patrimoniais no primeiro governo Lula com efeitos na gestão Dilma Rousseff por meio das ações do Departamento do Patrimônio Material (Depam), resignificando ações e estimulando a “ruptura de Tordesilhas”, simbolizando a quebra das barreiras criadas por grupos que se propõem a nomear, demarcar e dominar outros. Por outro lado, buscamos a valorização da diversidade cultural brasileira, em que cada comunidade possa falar sobre si mesma e seguir construindo seu senso identitário de forma autônoma e contínua, no gerúndio.

Há diversos estudos técnicos que ainda não resultaram em proteções efetivas, porém a diversidade cultural do país vem sendo mais reconhecida, e seguimos no desafio de incluir devidamente os diferentes grupos formadores da sociedade sem pender para uma síntese apaziguadora que apenas transfere padrões generalizantes de especialistas. O valor cultural não é intrínseco às coisas, portanto os setores culturais devem agir conjuntamente com o protagonismo das comunidades.

O sociólogo Bruno Latour (2012), que se propõe a fazer uma sociologia das associações, tenta quebrar com a rigidez da sociologia do social, que seria a sociologia mais tradicional que vigorou até início do século XX. Segundo o autor, ela seria a abordagem que dá conta de compreender o que já está estabilizado, contudo há pouca efetividade para analisarmos o que está em movimento, principalmente depois do período pós-moderno, com a aceleração dos fluxos socioculturais. Na sociologia das associações não há uma sociedade como algo dado de antemão ou uma entidade onisciente, e sim coletivos, compostos de agregados sociais que estão em constante movimento, em rede.

Podemos relacionar a fase heroica do IPHAN a uma sociologia do social, e a fase moderna, mais voltada à sociologia das associações. Isso porque na fase heroica existe uma tendência a delimitar esse “social” a um domínio específico; já a fase moderna procura se alinhar a pautas mais democráticas e pluriculturais.

Além disso, também se faz interessante trazer aqui o conceito de “comarca cultural” (Pereira; Godoy, 2020), como algo além dos limites físicos da formação dos Estados-Nação, o que nos incita a pensar sobre outras formas de organizações socioculturais, anteriores ao período republicano e colonial. Subvertendo a etimologia originária de comarca, com seus marcadores ocidentais de circunscrição jurídica e gestão autocráticas,

o acréscimo do termo “cultural” serve para alargar tais definições, desdobrando em cartografias sensíveis a quem vive e sente. Em seu artigo, as autoras tratam da comarca guarani nas fronteiras do Brasil, Paraguai e Argentina<sup>7</sup>, em que identificam junto com os artistas e depoentes guaranis daquela região relações intersubjetivas que os vinculam, pela culinária, música, literatura, entre outros. O recorte daquela investigação é perceber que os povos indígenas e seus descendentes que ainda fortalecem a cultura não reconhecem os limites formatados *a posteriori*. Apesar da demarcação, podemos perceber que

esta identidade mestiça está conformada pela interconexão entre raízes ancestrais dos povos originários e as mais recentes, trazidas pelos colonizadores europeus. O choque cultural da colonização soma-se ao posterior choque geopolítico das independências, com a imposição dos Estados-Nação promovendo o surgimento de novas identidades nacionais. No atual desenho sociocultural da região latino-americana, embora separadas por limites geográficos, as culturas indígenas se mantêm unidas por subterrâneas raízes culturais (Pereira; Godoy, 2020, p. 8).

De acordo com as autoras, para o povo indígena Kuna<sup>8</sup> há uma palavra que significa, entre outras coisas, “terra viva”, sinônimo de “América”. O termo foi usado pela primeira vez no início dos anos 1500, no entanto passou a ser disseminado entre os séculos XVIII e XIX por meio do processo de independência, apesar de cada grupo étnico da América Latina atribuir um nome à região em que vivia, como por exemplo: “Tawantinsuyu, Anahuac, Pindorama – a expressão Abya Yala vem sendo cada vez mais usada pelos povos originários do continente objetivando construir um sentimento de unidade e pertencimento” (Pereira; Godoy, 2020, p. 7).

Um aspecto crucial dessa questão é que as raízes não precisam derivar do mesmo ponto, podendo ser rizomáticas, como a diversidade, a pluriculturalidade e a relação entre os povos. Tal expressão é como um eixo direcionador da construção de um sentimento de pertencimento, já que a própria etimologia da palavra América está embebida do caráter mercantilista. O sentido de Abya Yala é como um catalisador para a luta dos movimentos indígenas por direitos, sendo fundamental a sua verbalização e a potência que o compõe, pois, ainda de acordo com as autoras, “trocar um nome por outro não é mero fetichismo verbal, mas o resultado da necessidade política de retomar o poder de nomear e, com isso, reapropriar-se do território como memória e história” (Pereira; Godoy, 2020, p. 7).

A Constituição vigente – 1988 – possui um teor necessário de reparação histórica e tentamos nos alinhar às pautas democráticas; as diretrizes institucionais e medidas políticas são o reflexo de uma conjuntura. Com a herança etnocêntrica desde o Brasil Colônia e os problemas estruturais decorrentes, deve haver propostas que visem à igualdade sem deixar de levar em conta o tamanho do nosso território e a complexidade dessa missão na prática. Tal deslocamento de matriz fundamental e que se encontra em andamento segue criando brechas na representação distorcida do país, contemplando as múltiplas camadas de tempo.

<sup>7</sup> “Mediante os elementos linguísticos e culturais comuns a esta região foi possível realizar um mapa que conectasse os três países (Paraguai, Argentina e Brasil) através do percurso construído em nove localidades: Ciudad del Este, Encarnación, Pedro Juan Caballero, Comunidad Mbya Guaraní Pindo, Foz do Iguazu, Ponta Porã, Puerto Iguazú, Posadas e Ituzaingó” (Pereira; Godoy, 2020, p. 8).

<sup>8</sup> “O povo Kuna é originário da Serra Nevada, no norte da Colômbia, tendo habitado a região do Golfo de Urabá e das montanhas de Darien e vive atualmente na costa caribenha do Panamá na Comarca de Kuna Yala (San Blas)” (Pereira; Godoy, 2020, p. 7).

## REFERÊNCIAS

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edufba: Edusc, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 9-28, 2016.

MARTIN-BARBERO, Jesús. Modernidade e mediação de massa na América Latina. *In*: MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. 213-252.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *In*: IPHAN. I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL: SISTEMA NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL: DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E EXPERIÊNCIAS PARA UMA NOVA GESTÃO, Ouro Preto, 2009. **Anais [...]**, v. 2, tomo 1. Brasília: IPHAN, 2012. p. 25-39. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Texto%20-%20MENESES.pdf>. Acesso em: 11 maio 2023.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural**: uma perspectiva histórico-crítica. 1. ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

PEREIRA, Diana Araújo; GODOY, Leidy Janaina Recalde. Comarca Guarani: literatura e cultura. *In*: MIBIELLI, Roberto; JORGE, Silvio Renato; SAMPAIO, Sonia Gomes. **Trânsitos e fronteiras literárias** – imaginários. Roraima: Edições Makunaima: EdUFRR, 2020. ISBN: 978-65-87250-10-6.

SANTA BÁRBARA, Marcelo de Jesus; HAESBAERT, Rogério. Identidade e migração em áreas transfronteiriças. **GEOgraphia**, v. 3, n. 5, p. 33-46, 2009. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2001.v3i5.a13398>.

SANT'ANNA, Marcia. A cidade-atração nos países centrais. *In*: SANT'ANNA, Marcia. **A cidade-atração**: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990. Salvador: EDUFBA-PPG-AU FAUFBA, 2017. p. 45-70. ISBN: 978-85-232-1871-3. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788523218713.0003>.